



SEÇÃO: ARTIGO

Justificadores fora da cabeça: internismo epistêmico e a tese da mente estendida

Justifiers outside the head: epistemic internalism and the extended mind thesis

Gustavo Oliva de
Oliveira¹

orcid.org/0000-0002-1947-0323
gustavoolivadeoliveira@hotmail.com

Recebido em: 29/10/2020.

Aprovado em: 07/05/2021.

Publicado em: 02/09/2021.

Resumo: Este artigo é sobre a compatibilidade de um tipo de posição internista no que diz respeito à justificação epistêmica e um tipo de externismo na filosofia da mente chamado *externismo ativo*. O internismo de justificação na epistemologia é a tese de que a justificação epistêmica depende exclusivamente de fatores internos. O externismo ativo é a posição de que é possível que alguns de nossos estados mentais sejam externos, isto é, constituídos em parte por elementos que estão "fora de nossa cabeça" – este tipo de externismo é expresso pela *tese da mente estendida*. Andy Clark e David Chalmers argumentaram a favor dessa posição em *The Extended Mind* (1998), e a tese tem ganhado adeptos na filosofia e nas ciências cognitivas ao longo dos anos. Alguns filósofos acreditam que a tese da mente estendida é incompatível com um tipo de internismo sobre justificação, o internismo acessibilista, por causa do papel justificador que a introspecção tem no acessibilismo. Argumento que, apesar das impressões iniciais, a tese da mente estendida é compatível com o internismo; no entanto, ela pode conflitar com algumas outras suposições que internistas costumam fazer. O artigo possui a seguinte estrutura: a) apresento a tese da mente estendida e o argumento da paridade usado por Clark e Chalmers para estabelecê-la; b) exponho o internismo acessibilista, que costuma ser visto como incompatível com o tipo de externismo anteriormente apresentado; e c) mostro e avalio argumentos a favor da tese da incompatibilidade entre a tese da mente estendida e o internismo acessibilista.

Palavras-chave: Mente estendida. Internismo epistêmico. Epistemologia contemporânea. Filosofia da mente. Epistemologia estendida

Abstract: This article is about the compatibility between a form of internalism about epistemic justification and a form of externalism in the philosophy of mind called *active externalism*. Justification internalism in epistemology is the thesis that epistemic justification depends only on features internal to the agent. Active externalism is the position that it is possible that some of our mental states are external, i.e., constituted in part by elements "outside our head" — this form of externalism is articulated by the *extended mind thesis*. Andy Clark and David Chalmers argued in favor of this position in "The Extended Mind" (1998). Some philosophers believe the extended mind thesis is incompatible with accessibilist internalism because of the justifying role introspection plays in this form of epistemic internalism. I argue that, despite initial appearances, the extended mind thesis is compatible with epistemic internalism; however, it might conflict with other assumptions internalists usually make. This article's structure goes like this: (i) I present the extended mind thesis; (ii) I introduce accessibilist internalism, sometimes seen as incompatible with the previous position; (iii) I explain and evaluate different arguments regarding the compatibility between the two positions.

Keywords: The extended mind. Epistemic Internalism. Contemporary Epistemology. Philosophy of mind. Extended Epistemology



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Introdução

Este artigo é sobre a compatibilidade de um tipo de posição internista no que diz respeito à justificação epistêmica e um tipo de externismo na filosofia da mente chamado *externismo ativo*. O internismo de justificação na epistemologia é a tese de que a justificação epistêmica depende exclusivamente de fatores internos. O externismo ativo é a posição de que é possível que alguns de nossos estados mentais sejam externos, isto é, constituídos em parte por elementos que estão “fora de nossa cabeça” – este tipo de externismo é expresso pela *tese da mente estendida*. Andy Clark e David Chalmers argumentaram a favor dessa posição em *The Extended Mind* (1998), e a tese tem ganhado adeptos na filosofia e nas ciências cognitivas ao longo dos anos.² Alguns filósofos acreditam que a tese da mente estendida é incompatível com um tipo de internismo sobre justificação, o internismo acessibilista, por causa do papel justificador que a introspecção tem no acessibilismo. Argumento que, apesar das impressões iniciais, a tese da mente estendida é compatível com o internismo; no entanto, ela pode conflitar com algumas outras suposições que internistas costumam fazer. Mesmo aceitando o internismo acessibilista, se a tese da mente estendida é verdadeira, em alguns casos, parafraseando Putnam, os justificadores simplesmente não estão na cabeça. O artigo possui a seguinte estrutura: a) apresento a tese da mente estendida e o argumento da paridade usado por Clark e Chalmers para estabelecê-la; b) exponho o internismo acessibilista, que costuma ser visto como incompatível com o tipo de externismo anteriormente apresentado; e c) mostro e avalio argumentos a favor da tese da incompatibilidade entre a tese da mente estendida e o internismo acessibilista.

1 A tese da mente estendida

Recentemente se popularizou nas ciências cognitivas e filosofia da mente a ideia de que alguns processos e estados mentais podem

ter componentes externos. A tese da mente estendida, apresentada por Andy Clark e David Chalmers em 1998, parte de uma tentativa de estender processos cognitivos ao mundo para argumentar que, se processos cognitivos podem ter componentes externos, como tais processos são parte da mente, a mente deve se estender ao mundo. O objetivo desta seção é apresentar a tese e suas motivações. O principal argumento a favor da tese mente estendida é conhecido como argumento da paridade. Para que o argumento tenha sucesso, duas suposições devem ser aceitas: uma visão funcionalista sobre a mente e a existência de crenças estocadas na memória.

O funcionalismo é uma visão segundo a qual processos e estados mentais são identificados por sua função em um sistema cognitivo. O principal *insight* é que o importante não são os mecanismos realizadores dos processos cognitivos e estados mentais, mas a função que exercem em um sistema. Isto está apoiado na forte ideia de que esses estados podem ser *multiplamente realizados*, ou seja, podem ser realizados por diferentes mecanismos, o que sugere que o definidor do processo não é o realizador, mas seu papel causal. Isso significa que, para funcionalistas, o que torna algo um estado “mental” não é que esse estado seja realizado, por exemplo, pelo cérebro, mas a maneira que afeta o comportamento e o pensamento do sistema. Embora existam reservas sobre a capacidade do funcionalismo de explicar a consciência (BLOCK, 1990; JACKSON, 1990), o defensor da mente estendida precisa apenas de uma forma fraca de funcionalismo, restrita à cognição, bastante popular na literatura.

A existência de crenças armazenadas na memória é ainda menos contestada. Basta pensar nas crenças que o agente já formou no passado e que agora estão armazenadas na memória, embora não esteja pensando nelas no momento. Considere, a título de ilustração, uma crença sobre qual é seu próprio nome. Esse tipo de crença não nos ocorre o tempo inteiro, mas ainda assim faz sentido dizer que faz parte de nossa

² Por exemplo, Hurley (1998), Rowlands (1999), e Menary (2007) parecem adotar posições extremamente semelhantes.

vida mental.³ Muitos epistemólogos, seguindo Audi (1994), se referem a crenças desse tipo como "crenças disposicionais", em oposição às crenças que estamos considerando em um dado momento, chamadas de "crenças ocorrentes".⁴ A atribuição de crenças estocadas na memória é aceita por boa parte dos filósofos, apoiada "não apenas pela linguagem comum, mas também por considerações explanatórias e epistêmicas" (SMITHIES, 2014, p. 7, tradução minha).⁵ Como Smithies aponta, é difícil explicar e justificar boa parte de nossas ações sem fazer referências a estados como crenças e desejos disposicionais. Por exemplo, suponha que estou cozinhando massa enquanto escuto um *podcast* sobre ceticismo. Enquanto penso sobre os complicados argumentos céticos do *podcast*, abro minha geladeira para pegar tomate. Esse comportamento pode ser explicado (e justificado!) pelo meu desejo de fazer molho de tomate e pela minha crença de que há tomate na geladeira, que existem, mesmo que não estejam ocorrendo naquele instante.

Uma vez que as suposições acima são aceitas, Clark e Chalmers formulam o princípio de paridade:

Se, ao confrontarmos uma tarefa, uma parte do mundo funciona como um processo que, se acontecesse na cabeça, nós não hesitaríamos em reconhecer como parte de um processo cognitivo, então essa parte do mundo é [...] parte de um processo cognitivo (CLARK; CHALMERS, 1998, p. 8, tradução nossa).

Este princípio expressa a intuição funcionalista, já que se trata de afirmar que o importante para ser considerado um componente de um sistema cognitivo não é sua localização, mas sua função. Nas palavras de Clark, parafraseando Dennett,

"cognition is as cognition does" (CLARK, 2010a, p. 93). Com o princípio de paridade em mãos, Clark e Chalmers nos pedem para considerar a seguinte comparação entre Inga e Otto. Os dois ficam sabendo de uma exposição no MoMA e decidem ir. Inga lembra do endereço do museu e vai. Otto, que tem Alzheimer, checa um caderno que mantém consigo contendo todas as informações que precisa lembrar, encontra rapidamente o endereço e vai. A pergunta é: qual é a diferença entre os dois casos?

Inga: Ouve sobre a exposição, recupera informação na memória biológica, vai até o museu.

Otto: Ouve sobre a exposição, recupera informação no caderno, vai até o museu.

Nas palavras dos autores, "para Otto, seu caderno tem a função que normalmente é exercida pela memória biológica" (CLARK; CHALMERS, 1998, p. 12, tradução nossa). Se função é o que importa, o caderno é parte da memória de Otto. Assumindo que a memória é um processo cognitivo que envolve armazenar e recuperar informações, não seria o caderno de Otto um constituinte da memória? Quando estamos comprometidos com o funcionalismo, essa parece uma maneira natural de entender o caso.

Defensores da mente estendida, é claro, não acreditam que qualquer interação entre um agente cognitivo e um elemento externo seja um exemplo de cognição estendida. Para que um caso como o de Otto seja considerado memória estendida, precisa alcançar alguns critérios (CLARK; CHALMERS, 1998, p. 17; CLARK, 2010b, p. 46):

a) o recurso deve ser constante na vida do organismo, isto é, estar confiavelmente disponível e ser normalmente invocado;

³ É possível negar que crenças da memória sejam parte da mente, como faz Gertler, afirmando que "a mente é inteiramente feita de estados *ocorrentes* e processos *conscientes*" (GERTLER, 2007, p. 203, tradução nossa, grifo da autora). Essa posição, no entanto, é bastante revisionista, e parece, como Clark e Chalmers apontam, "reduzir o self a um mero pacote de estados ocorrentes, severamente ameaçando sua profunda continuidade psicológica" (CLARK; CHALMERS, 1998, p. 18, tradução nossa).

⁴ Alguns filósofos acreditam que crenças disposicionais não são crenças guardadas na memória, mas disposições para crer, isto é, crenças ainda não formadas, mas que o sujeito está disposto a formar, em circunstâncias relevantes – isso é o que Fumerton (1976), por exemplo, parece sugerir em seus exemplos de crenças disposicionais. Como me foi apontado por Cláudio de Almeida, a separação de Audi em três partes (crença ocorrente, crença disposicional e disposição para crer) é desnecessária e torna o conceito de crença disposicional muito pouco abrangente. Segundo essa visão (daqueles que rejeitam Audi), crenças ocorrentes são crenças já formadas; crenças disposicionais são as não formadas que o sujeito está disposto a formar. Essa distinção se aproxima da separação crença explícita-implícita levantada por Harman (1986, p. 13-14). A discussão não será especificamente importante aqui, já que se crenças disposicionais forem apenas disposições para crer, e crenças já formadas guardadas na memória forem crenças ocorrentes, então a tese da mente estendida não precisa assumir a existência de crenças disposicionais. O tipo de crença relevante aqui serão crenças guardadas na memória; se são consideradas ocorrentes ou disposicionais é menos importante. E a existência de crenças na memória não é negada por nenhum dos dois partidos.

⁵ O texto de Smithies referido neste artigo é um manuscrito de 2014 disponibilizado pelo autor. Smithies publicou, em 2018, uma versão final do artigo, na coletânea "Extended Epistemology".

- b) o recurso deve ser facilmente acessível de maneira direta;
- c) assim que o organismo recupera qualquer informação, ele automaticamente a sustenta.

Estas qualificações são necessárias para que o caderno de Otto exerça a mesma função da memória biológica de Inga. Considere a condição 1, por exemplo: se Otto não andasse (quase) sempre com seu caderno, seria difícil dizer que ele tem o mesmo papel em sua vida mental que a memória biológica.⁶ É possível, ainda, que a lista seja maior: os autores não afirmam, por exemplo, que essas condições são suficientes.

A conversa até agora foi em termos de cognição: o argumento tenta estabelecer que o caderno faz parte da memória de Otto. Mas já que a memória guarda algumas de nossas crenças, o caso parece também motivar a ideia de que Otto tem uma crença (não ocorrente) sobre o endereço do museu, e essa crença é parcialmente constituída pela informação do caderno. Além disso, em termos funcionalistas, a informação no caderno de Otto parece ser igual à informação na memória de Inga. Smithies (2014) sugere o seguinte raciocínio:

1. Qualquer coisa que tenha a mesma função de uma crença é uma crença (*funcionalismo*).
2. A informação na memória de Inga tem o tipo de função que a faz contar como crença.
3. A informação no caderno de Otto tem o mesmo tipo de função que a de Inga.
4. Portanto, a informação no caderno de Otto é uma crença (SMITHIES, 2014, p. 6, tradução nossa).

Sem dúvidas existe controvérsia em relação à tese da mente estendida, mas essa discussão está fora do escopo deste artigo. Na conversa sobre a compatibilidade entre teorias, temos de assumir a verdade das duas e, por isso, não me concentrarei em defender nenhuma das duas de objeções. Na próxima seção, introduzo o internismo de justificação.⁷

2 Internismo acessibilista

Internismo sobre justificação epistêmica é uma posição que diz respeito a que tipos de itens podem justificar crenças. Segundo internistas, justificadores são "internos", em geral sendo importante que o agente tenha algum tipo de acesso, atual ou possível, a esses itens. A intuição que está por trás do internismo é a de que crer justificadamente em algo envolve possuir razões, evidências ou algum tipo de base relevante. Como esses justificadores fazem parte da perspectiva de um agente, dizemos que são "internos" ao agente. Por causa do papel que o acesso aos justificadores tem na teoria, uma das formulações mais tradicionais do internismo de justificação é conhecida como internismo acessibilista.

Internismo acessibilista: S está justificado em crer que p somente se S é capaz de acessar por reflexão/introspecção os justificadores de p.

Uma implicação do internismo acessibilista: se duas pessoas não diferem em relação aos fatores disponíveis por introspecção que são relevantes para crer justificadamente que p, então elas não diferem em relação à justificação para crer que p (CARTER; PALERMOS, 2014). Esta é uma observação importante pois está na base de um dos argumentos de incompatibilidade que serão discutidos.

3 Compatibilidade entre mente estendida e internismo epistêmico

Agora posso apresentar e avaliar argumentos que tentam estabelecer a incompatibilidade entre o tipo de externismo exposto na primeira seção e o tipo de internismo que encontramos na segunda seção. Como o externismo ativo é uma tese na filosofia da mente, uma posição popular é a de que teorias epistemológicas como o internismo de justificação são neutras em relação à sua verdade. No entanto, existem algumas suspeitas entre filósofos de que as duas

⁶ Deve-se ressaltar, como fizeram Clark e Chalmers, que, embora existam situações específicas em que Otto não terá acesso ao caderno, por exemplo, quando ele está tomando banho ou quando estiver muito escuro, o mesmo vale para Inga quando está dormindo ou sob efeito de alguma substância que afete a memória. Nesse sentido, o importante é que o recurso seja constante nos momentos relevantes (CLARK; CHALMERS, 1998).

⁷ Para algumas das famosas objeções à tese da mente estendida, ver ADAMS, Frederick R.; AIZAWA, Kenneth. *The Bounds of Cognition. Philosophical Psychology, IS. I.*, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2001.

posições não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. Estados doxásticos como crenças são estados importantes para a epistemologia — já que são a eles que conferimos as propriedades epistêmicas relevantes. Por isso, não é tão óbvio que qualquer debate sobre a natureza da crença seja irrelevante para a avaliação de teorias epistemológicas. A maneira em que a tese da mente estendida modifica nosso entendimento de estados mentais doxásticos como crença e processos de formação e de recuperação de crenças como a introspecção e a percepção poderia fazer com que uma teoria na filosofia da mente impactasse a plausibilidade de uma teoria epistemológica (e vice-versa), caso fosse demonstrado algum tipo de incompatibilidade entre as duas.

A primeira suspeita de incompatibilidade, talvez a mais intuitiva, está relacionada com o espírito internista: a ideia geral do internismo é que a justificação depende apenas de fatores internos ao agente.⁸ Mas se a tese da mente estendida é verdadeira, podemos ter estados mentais justificadores (crenças) que são externos ao agente. O argumento seria algo como:

- 1) Se o internismo de justificação é verdadeiro, todos os justificadores são internos ao agente.
- 2) Se a tese da mente estendida é verdadeira, pelo menos alguns justificadores podem estar localizados fora do agente.
- 3) Portanto, o internismo e a tese da mente estendida não podem ser ambos verdadeiros.

Existe um problema nesse raciocínio que está relacionado ao uso de *agente* nas premissas 1 e 2. Quando a tese da mente estendida fala de estados mentais constituídos por componentes externos, estamos falando de estados “fora da cabeça”, isto é, externos em relação aos mecanismos biológicos do agente. Então, nesse sentido, alguns justificadores estão fora do *agente biológico*. Mas um dos pontos da tese é justamente que esses componentes externos podem fazer parte do agente *cognitivo* — o caderno de Otto,

por exemplo, não faz parte de seu corpo, mas a informação ali contida faz parte de seu sistema cognitivo e de sua mente; do ponto de vista cognitivo e mental é um componente interno. O internismo de justificação estabelece que os justificadores são internos ao agente no sentido cognitivo, não biológico, uma vez que a noção de agente epistêmico deve estar mais relacionada a estados doxásticos (como crenças) que aos mecanismos biológicos do agente. As “crenças estendidas” (como a de Otto sobre o endereço no museu no exemplo discutido na seção 1 são externas do ponto de vista biológico, mas internas do ponto de vista mental, e, portanto, podemos entendê-las como internas do ponto de vista do agente epistêmico — e esse parece ser o sentido de “interno ao agente” requerido pelo internismo sobre justificação epistêmica.

Por que achar que existe incompatibilidade, então? Carter e Palermos (2014) identificam uma tendência entre epistemólogos que parece estar por trás desse tipo de raciocínio: o *individualismo epistêmico*, que é a tese de que a justificação epistêmica depende apenas de fatores internos ao agente biológico. O individualismo epistêmico é, de fato, incompatível com a tese da mente estendida. Talvez o internismo de justificação tenha sido comumente pensado em termos individualistas. No entanto, embora muitos internistas aceitem o individualismo, o internismo de justificação não o implica. A ideia de um internismo de justificação não individualista que, por dizer respeito a justificadores serem internos do ponto de vista cognitivo, e não meramente biológico, aceita justificadores estendidos, parece perfeitamente coerente.

Mesmo que não exista incompatibilidade entre o espírito geral do internismo e a mente estendida, pode ser que exista incompatibilidade com algum dos tipos específicos de internismo epistêmico. Carter e Palermos (2014) consideram um argumento em favor da incompatibilidade entre a tese da mente estendida e o internismo acessibilista. Os autores nos pedem para imaginar uma comparação entre Otto e Otto*,

⁸ Esta ideia se aplica a outras formas de internismo além da versão acessibilista que foi apresentada.

que começou recentemente a usar o caderno e, portanto, ainda não está pareado com o caderno. Otto e Otto* registram o horário de sua consulta médica em seus respectivos cadernos (proposição representada por p). Considere que T é o momento logo antes dos dois recuperarem a informação em seu caderno. O argumento da incompatibilidade seguiria assim (CARTER; PALERMOS, 2014, p. 763-764):

- 1) Otto e Otto* não diferem em relação ao que tem acesso por introspecção em T.
- 2) Se 1, então de acordo com o internismo acessibilista, os dois não apresentam diferença em justificação para crer que p .
- 3) Se a tese da mente estendida é verdadeira, os dois apresentam diferença em justificação para crer que p (intuitivamente Otto tem mais justificação em T).
- 4) Portanto, a tese da mente estendida e o internismo acessibilista são incompatíveis.

O argumento se baseia no seguinte raciocínio: mesmo em T, Otto parece ter mais justificação para crer em p que Otto* se a tese da mente estendida for verdadeira. Isso acontece porque Otto tem uma crença disposicional (estendida) sobre o horário da consulta que Otto* não tem, mas essa crença não é acessível por introspecção em T. Então, a crença, que tem papel justificador em T, viola a condição de acesso do internismo acessibilista. A conclusão é que a tese da mente estendida é incompatível com o internismo acessibilista.

Uma das maneiras de resistir a este argumento é apelar a uma noção de introspecção estendida e rejeitar a premissa 1.⁹ A introspecção pode ser entendida, segundo o funcionalismo, como algo do tipo "examinar seu próprio sistema cognitivo" ou "examinar sua própria mente". Mas se a tese da mente estendida é verdadeira, a informação do caderno de Otto faz parte de sua mente. Por que, então, o processo de Otto não seria um caso

de introspecção? O que Otto faz no processo de buscar as informações no caderno é, se a tese da mente estendida for verdadeira, examinar suas próprias crenças. Se a introspecção for definida de acordo com o funcionalismo de senso comum, este caso parece ser um bom exemplo de introspecção estendida. Assim, Otto tem acesso por introspecção estendida a mais que Otto* em T – de fato, ele tem acesso a p . Nesse caso, assumindo a verdade da tese da mente estendida, a premissa 1 do argumento é falsa. Essa resposta é sugerida por Carter e Palermos (2014, p. 760).

No entanto, existem algumas dúvidas sobre se a ideia de introspecção estendida faz sentido. Supondo que possamos mostrar uma diferença fundamental entre os processos de Otto e Inga, estabelecendo que o processo de Otto não é um caso de introspecção, a premissa 1 está salva e o argumento funciona. Uma estratégia inicialmente plausível é apelar para diferenças entre Otto e Inga no que diz respeito ao acesso exclusivo em "primeira pessoa" (GERTLER, 2007, p. 194). O acesso de Otto à informação não é exclusivo como o de Inga, já que, por exemplo, um amigo de Otto poderia ler o caderno e ter acesso a suas crenças. Em resposta, Clark argumenta que diferenças contingentes referentes à biologia são irrelevantes nesse caso:

Mas por que supor que a exclusividade de acesso é algo mais que um fato contingente sobre a recordação biológica padrão? Se, no futuro, a ciência criasse um método para que você ocasionalmente explorasse minhas memórias, isso faria delas menos minhas, ou parte do meu aparato cognitivo? (CLARK, 2010b, p. 57).

O que Clark está fazendo é recorrer ao funcionalismo: o caráter de exclusividade da introspecção de Inga é uma característica do mecanismo biológico que a *realiza*, não uma característica da *função* da introspecção e, portanto, irrelevante para a definição funcionalista de introspecção. A função da introspecção é examinar sua própria

⁹ Existe uma discussão em Carter e Palermos (2014) sobre a natureza da justificação extra que Otto tem em relação a Otto* em T. Segundo os autores, é possível que a justificação da crença disposicional de Otto seja meramente proposicional em vez de doxástica, porque não é claro que Otto, em T, baseia sua crença naquilo que a justifica proposicionalmente. Como eles apontam, essa crença seria análoga a crer em algo sobre o passado antes de consultar sua memória e, portanto, doxasticamente injustificada. Se o que importa no internismo acessibilista é a justificação doxástica, essa consideração derrotaria a premissa 3 do argumento incompatibilista. No entanto, alguns internistas, como Smithies (2014), definem o internismo como uma tese sobre justificação proposicional, o que mantém a relevância da objeção.

mente; se isso acontece de maneira exclusiva ou não, argumenta Clark, é irrelevante do ponto de vista funcional. Além disso, mesmo que o acesso exclusivo seja necessário para introspecção, Otto tem algum tipo de acesso exclusivo. Smithies (2014) aponta que embora um amigo de Otto possa obter informação sobre suas crenças através do caderno, ele as estaria obtendo por um processo diferente do de Otto. Quando Otto examina suas crenças pelo caderno, é um caso de introspecção, porque a informação do caderno faz parte de sua mente; quando seu amigo, que não está pareado com o caderno, obtém informação sobre as crenças de Otto pelo caderno, não é um caso de introspecção, mas de percepção, pois está recebendo informação de fora de sua mente. Assim, Otto tem acesso *exclusivo* a suas crenças por introspecção: ninguém além dele pode ter esse tipo de acesso a suas crenças.

O próprio Smithies (2014), no entanto, rejeita a ideia de introspecção entendida apontando uma diferença de racionalidade entre Inga e Otto. Segundo o autor, existe uma diferença fundamental nos processos dos dois: quando a memória biológica de Inga falha, isso constitui um erro de racionalidade; quando a memória estendida de Otto falha, é apenas um erro de percepção. Posto de outra forma, ele acredita que Otto pode ter uma crença justificada e falsa sobre suas próprias crenças, enquanto Inga não pode, porque suas crenças falsas sobre suas próprias crenças serão sempre irracionais. Em suas palavras,

Suponha que Inga tem a informação de que o MoMA fica localizado na rua 53 guardado na memória, embora ela falhe em acessar a informação nesta ocasião por causa de um erro de recuperação [...] [Ela passa a] crer que não crê que o MoMA fica localizado na rua 53. Agora ela está na situação Mooreana de crer que o MoMA fica na rua 53 enquanto crê que não crê isso. Esta é uma situação de irracionalidade (SMITHIES, 2014, p. 26, tradução nossa).

No caso do erro de Otto, Smithies acredita que não pode haver erro de racionalidade por causa do papel da percepção no processo de memória

de Otto. Imagine que Otto tem a informação de que o MoMA fica localizado na rua 53 guardado em sua memória estendida (o caderno), mas falha em recuperar essa informação porque tem uma alucinação visual e acredita ter visto que o museu está na rua 51 em vez disso. Para Smithies, um princípio bastante plausível sobre a epistemologia da percepção é o de que agentes racionais creem que p quando parece perceptualmente para eles que p e não há derrotadores¹⁰ para p . Otto está seguindo esse princípio quando erra na recuperação da informação sobre o endereço, e, portanto, ainda que possua crença falsa, está sendo racional. No entanto, parece ser uma consequência da ideia de introspecção estendida que Otto está na mesma situação Mooreana que Inga quando erra: ele ao mesmo tempo possui a crença estendida de que o MoMA está na rua 53 e a crença de que não crê nisso. Se Otto realiza introspecção nesse caso, segundo Smithies, está sendo irracional, mas o papel da percepção no caso impede a acusação de irracionalidade. Para Smithies a sugestão de introspecção estendida falha porque Otto pode obter crença falsa justificada através da memória, algo que, segundo ele, deveria ser impossível por introspecção.

Onde estamos, se Smithies estiver certo? O filósofo acredita ter demonstrado que a ideia de que os processos de Inga e Otto são funcionalmente idênticos é enganadora. É uma característica funcional da introspecção o fato de que é um processo imune ao erro bruto (isto é, não é possível obter crenças falsas justificadas por introspecção). Então o processo de Otto não conta como um caso de introspecção. Eu disse acima que uma definição funcionalista de senso comum da introspecção seria algo como "um processo que nos permite examinar nossa mente". Essa definição, no entanto, diz respeito apenas a características funcionais causais da introspecção: como ela afeta nosso comportamento e outros estados mentais. Smithies propõe que o funcionalismo deve ser construído levando em conta também características funcionais normativas dos

¹⁰ Derrotadores para p são proposições verdadeiras ignoradas por um agente cognitivo S que, se sabidas por S , fariam com que a crença em p não pudesse ser mantida por S .

processos cognitivos e estados mentais, afinal, além de função causal, eles possuem também função epistêmica. Em outras palavras, ele está dizendo que a formação de crenças imunes ao erro bruto deve ser parte da definição funcionalista de introspecção, porque é parte da função da introspecção justificar crenças desta maneira. Se o processo de Otto não respeita essa definição, não é um caso de introspecção. Voltando à comparação entre Otto e Otto*, parece que não existe, afinal de contas, diferença entre os dois em relação ao que está acessível por introspecção – já que a crença estendida de Otto não está acessível por introspecção. Esta consideração defende a premissa 1 do argumento da incompatibilidade entre o internismo acessibilista e a tese da mente estendida. Então, se Smithies está certo, as duas visões são incompatíveis.¹¹

Dito isso, um comentário pode ser feito sobre a rejeição de Smithies da ideia de que o processo de Otto pode contar como um caso de introspecção estendida. Ele parece assumir – embora eu deva admitir que o faz de maneira sorradeira – a falsidade da tese da mente estendida. Smithies defende a disparidade epistêmica entre Inga e Otto com base na ideia de que Otto não pode ser visto como irracional quando sua memória estendida porque erros de *percepção* não podem ser fundamento de acusações de irracionalidade. Diz o autor,

[...] é implausível supor que Otto é irracional apenas em virtude de perceber seu caderno de maneira equivocada [...] Otto pode ser totalmente racional mesmo se suas experiências perceptuais ocasionalmente representarem errado os conteúdos de seu caderno. Em geral, erro perceptual não é suficiente para erro de racionalidade (SMITHIES, 2014, p. 27, tradução nossa).

Mas por que motivo supor que o erro de Otto é um erro de *percepção*? De acordo com a tese da mente estendida, a informação do caderno faz parte da mente de Otto. Em termos funcionalistas, o processo de recuperar informação no caderno não seria um caso de percepção, cuja definição

se aproxima de algo como “receber informações de fora do sistema cognitivo”, justamente porque Otto não estava buscando informações de fora de sua mente ou sistema cognitivo, mas de *dentro* do sistema. Talvez Smithies acredite que o erro de Otto seja um erro de percepção porque o mecanismo que Otto usa para realizar sua introspecção estendida (supomos aqui, a visão) é comumente usado, em sistemas não estendidos, para a percepção. No entanto, o espírito do funcionalismo é justamente desassociar a definição de estados mentais e processos cognitivos de seus mecanismos realizadores, concentrando-se na função que exercem no sistema. Assumir que Otto comete um erro de percepção quando sua memória estendida falha é assumir que Otto está percebendo a informação do caderno, quando a tese da mente estendida implica que ele está examinando sua própria mente.

O argumento da disparidade epistêmica entre Inga e Otto oferecido por Smithies depende da ideia de que Otto não pode ser irracional quando se engana sobre suas próprias crenças porque comete apenas um erro de percepção. No entanto, é uma petição de princípio contra a verdade da tese da mente estendida assumir que é um erro de percepção. Se a tese da mente estendida é verdadeira, não existe disparidade epistêmica entre Inga e Otto, os dois são igualmente irracionais ao formarem crenças falsas sobre suas próprias crenças. E neste sentido, os processos têm a mesma função causal-explanatória e, também, a mesma função epistêmica-justificadora. Se a tese da mente estendida for levada a sério, Smithies não oferece razão para não considerar o processo de Otto como um caso de introspecção estendida. Ou seja, acredito que a premissa 1 do argumento da incompatibilidade é falsa – Otto e Otto* de fato diferem em relação ao que têm disponível por introspecção – e o internismo acessibilista é compatível com a tese da mente estendida.

¹¹ Smithies pretende, também, a partir da conclusão de que o processo de Otto não pode ser considerado introspecção, ter demonstrado a falsidade da tese da mente estendida, já que ele acredita que o internismo acessibilista é verdadeiro (embora o argumento de incompatibilidade entre acessibilismo e mente estendida oferecido por Smithies seja levemente diferente do argumento apresentado por Carter e Palermos).

Considerações finais

Discutimos dois tipos de preocupação sobre a incompatibilidade entre mente estendida e internismo: uma delas estava relacionada a uma possível tensão entre justificadores serem, ao mesmo tempo, internos (pelo internismo) e externos (pela mente estendida); a outra estava preocupada com o papel que a introspecção possui no internismo acessibilista e como a tese da mente estendida poderia violar a condição de acesso introspectivo aos justificadores. Vimos que no caso da primeira existe uma diferença entre a divisão interno/externo do ponto de vista do agente epistêmico – que está em jogo no internismo epistêmico – e a divisão interno/externo do ponto de vista biológico – que está em jogo na tese da mente estendida. Desta maneira, não existe incompatibilidade: os estados externos do ponto de vista biológico podem ser internos do ponto de vista epistêmico. A segunda preocupação parece desaparecer quando a tese da mente estendida é levada a sério e atribuímos ao processo de exame de suas próprias crenças de Otto a etiqueta de "introspecção", ainda que seja uma forma de introspecção estendida.

Mesmo que as duas posições sejam compatíveis, é possível que internistas sobre justificação não se sintam especialmente confortáveis com a combinação entre internismo e tese da mente estendida. De fato, como Carter e Palermos (2014) comentam, o tipo de "internismo estendido" produzido pela conjunção das posições pode não ter muito apelo. Ainda assim, é uma visão internista. Provavelmente a melhor explicação para este desconforto seja a pressuposição do individualismo epistêmico – esse, sim, é incompatível com a tese da mente estendida. Mas não há razão para achar que isso implica uma incompatibilidade entre internismo epistêmico e externismo ativo. A consideração da tese da mente estendida nos mostra que internismo e individualismo epistêmico são duas posições diferentes e que é possível (e, para aqueles que acreditam na verdade tanto do externismo ativo quanto do internismo epistêmico, necessário) defender um tipo de internismo epistêmico não-individualista.

Referências

- ADAMS, Frederick R.; AIZAWA, Kenneth. Defending the bounds of cognition. In: MENARY, Richard (org.), *The Extended Mind*. Cambridge: MIT Press, 2010.
- ADAMS, Frederick R.; AIZAWA, Kenneth. The bounds of cognition. *Philosophical Psychology*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 43-64, 2001.
- AUDI, Robert. Dispositional Beliefs and Dispositions to Believe. *Noûs*, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 419-434, 1994.
- BLOCK, Ned. Troubles with Functionalism. In: LYCAN, William G. (org.), *Mind and cognition: a reader*. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.
- BUTLER, Keith L. *Internal affairs: a critique of Externalism in the philosophy of mind*. Dordrecht: Kluwer, 1998.
- CARTER, J. A., PALERMOS, S. O. Active Externalism and Epistemic Internalism. *Erkenntnis*, [S. l.] v. 80, 2014.
- CLARK, Andy. Coupling, Constitution, and the Cognitive Kind. In: MENARY, Richard (org.), *The Extended Mind*. Cambridge: MIT Press, 2010a.
- CLARK, Andy. Memento's Revenge: The Extended Mind, Extended. In: MENARY, Richard (org.), *The Extended Mind*. Cambridge: MIT Press, 2010b.
- CLARK, Andy; CHALMERS, David J. The extended mind. *Analysis*, Nova Iorque, v. 58, n. 1, p. 7-19, jan. 1998.
- FUMERTON, Richard. "Inferential Justification and Empiricism". *The Journal of Philosophy*, [S. l.], v. 73, n. 17, p. 557-569, 1976.
- GERTLER, Brie. Overextending the Mind. In: GERTLER, Brie; SHAPIRO, Lawrence. *Arguing About the Mind*. Londres: Routledge, 2007.
- HARMAN, Gilbert. *Change in view: principles of reasoning*. Cambridge: MIT Press, 1986.
- HURLEY, Susan. *Consciousness in Action*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- JACKSON, Frank. Epiphenomenal Qualia. In: LYCAN, William G. (org.) *Mind and cognition: a reader*. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.
- MENARY, Richard. *Cognitive Integration: Attacking the Bounds of Cognition*, Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2007.
- MENARY, Richard. Introduction. In: MENARY, Richard (org.), *The Extended Mind*. Cambridge: MIT Press, 2010.
- PUTNAM, Hilary. The meaning of 'meaning'. In: CHALMERS, David J. *Philosophy of mind: Classical and contemporary readings*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.
- RODRIGUES, Luís Estevinha. Quais as fronteiras da mente? *International eJournal Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa*, Lisboa, n. 2, p. 39-45, 2012.
- ROWLANDS, Mark. *The Body in Mind: Understanding Cognitive Processes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SCHLOSSER, Markus. "Agency". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. ZALTA, E. (org.). Winter, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/agency>. Acesso em: 21 maio 2020.

SMITHIES, Declan. Access Internalism and the Extended Mind (manuscrito), 2014. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/SMIAlA-5.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

SMITHIES, Declan. Access Internalism and the Extended Mind. In: CARTER, Adam; CLARK, Andy; KALLESTRUP, Jesper; PALERMOS, Orestis; PRITCHARD, (org.). *Extended Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

Gustavo Oliva de Oliveira

Mestrando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; graduando em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS. Bolsista CNPq.

Endereço para correspondência

Gustavo Oliva de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Av. Ipiranga, 6681
Partenon, 97010-082
Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.